

Aspectos históricos do surgimento da Contabilidade no mundo e no Brasil: a relação da contabilidade com a legislação vigente

João Américo Tomaz de Aquino^I

Bernadete Lema Mazzafera^{II}

Resumo: Neste estudo são apresentados aspectos históricos do surgimento da contabilidade, desde o surgimento das primeiras formas de controles rudimentares observadas na Mesopotâmia até os dias atuais da contabilidade no Brasil aborda-se a evolução da contabilidade atrelada a legislação vigente por meio de uma revisão da literatura. Conclui-se que o curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organizações. Deve exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais.

Palavras-chave: Aspectos históricos. Brasil. Contabilidade. Legislação.

Historical aspects of the beginning of accounting in the world and in Brazil: the relationship between accounting and current legislation

Abstract: In this study, historical aspects of accounting emergence are presented, from the beginning of the first forms of rudimentary controls observed in Mesopotamia to the present day of accounting in Brazil, the evolution of accounting linked to the current legislation through a review of the literature is addressed. It is concluded that the undergraduate course in Accounting must provide conditions for the future accountant to be able to understand the scientific, technical, social, economic and financial issues at national and international level and in the different models of organizations. It must exercise its responsibilities with the expressive command of accounting functions, which reveal knowledge of the economic and financial scenario, national and international, in order to provide the harmonization of international accounting standards and standards, in accordance with the training required by the World Trade Organization and by the peculiarities of governmental organizations.

Keywords: Historical aspects. Accounting. Brazil. Legislation.

Artigo recebido em 12/05/2019 e aprovado em 23/06/2019.

ASPECTOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE NO MUNDO E NO BRASIL: A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

JOÃO AMÉRICO TOMAZ DE AQUINO
BERNADETE LEMA MAZZAFERA

Introdução

O desenvolvimento da Contabilidade sempre esteve associado à evolução da humanidade^{III}. Os historiadores acreditam que a Contabilidade tem sua origem em Uruk, uma antiga cidade da Mesopotâmia, através da descoberta de instrumentos datados de 8000 anos a.C. Desde os primórdios, o homem demonstrava sua real necessidade, mesmo que primária, de controle de bens e produções (criações e agricultura). Os primeiros sinais encontrados em sítios arqueológicos de Israel, Síria, Iraque, Turquia e Irã, deram-se pelas fichas de argilas, que tinham diferentes formas e eram utilizadas nas contagens dos itens produzidos pelas comunidades tribais^{IV}. Com o passar dos anos e com a evolução da humanidade, novas formas e alternativas de registros foram surgindo, além da escrita e da contagem, como auxílio para controles de bens. Para Iudícibus^V, “a contabilidade é tão remota quanto o homem que pensa e faz conta. A necessidade de acompanhar a evolução dos patrimônios foi o grande motivo para seu desenvolvimento”. No Brasil os historiadores abordam dois principais períodos no que diz respeito ao processo de ensino, um anterior a 1964 com influência da escola italiana e outro posterior com influência didática de metodologias norte-americanas. Neste estudo são apresentados aspectos históricos do surgimento da contabilidade, desde o surgimento das primeiras formas de controles rudimentares observadas na Mesopotâmia até os dias atuais da contabilidade no Brasil aborda-se a evolução da contabilidade atrelada a legislação vigente por meio de uma revisão da literatura. Demonstra-se que O Estado brasileiro também contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento da contabilidade por meio da participação dos legisladores.

Histórico do surgimento da Contabilidade

Hendriksen e Van Breda^{VI}, citam que “muito antes da Europa emergir das tendas e das peles, já existiam economias prósperas no Oriente Médio e no Extremo-Oriente”. Na dinastia Shang, na China, datada de 1600 a.C., e outros registros dão conta que existiam sofisticadas culturas na Índia que datam de 2300 a.C e as grandes pirâmides do Egito construídas a mais de quatro mil anos confirmam a antiguidade dessas civilizações.

Os mesmos autores abordam que incontáveis registros contábeis existiam nesses períodos: os agricultores egípcios pagavam os coletores de tributos pelo uso da água do rio Nilo para irrigação de suas plantações, por meio de cereais e linhaça. Os arqueólogos acreditam que as fichas de argila eram usadas como meio de registro das trocas na Mesopotâmia e serviam como controle para fins contábeis.

Da mesma forma, outros povos também contribuíram para a evolução da contabilidade como a conhecemos. Os árabes a partir do século VII, influenciados pelos indianos, agregaram ao conhecimento o conceito do zero e toda a lógica aritmética e algébrica, bem como o sistema numérico arábico, que foram fundamentais para a evolução da contabilidade. Seria inviável ou quase impossível somar, multiplicar e dividir com o sistema romano. Os comerciantes, matemáticos e aventureiros europeus aprenderam muito com os árabes. Um dos mais conhecidos desses europeus, Leonardo Fibonacci, trouxe para o continente europeu as experiências e os conhecimentos adquiridos com os árabes, escrevendo, em 1202, o *Liber Abaci*, um precursor dos livros

ASPECTOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE NO MUNDO E NO BRASIL: A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

**JOÃO AMÉRICO TOMAZ DE AQUINO
BERNADETE LEMA MAZZAFERA**

de escrituração que adviriam mais tarde, a partir, principalmente, da obra de Luca Pacioli. O *Liber Abaci* também popularizou o sistema numérico arábico na Europa.^{VII}

Na concepção de Hendriksen e Van Breda^{VIII} existe dúvida sobre quem inventou a contabilidade. Porém, é sabido que os sistemas de escrituração por partidas dobradas começaram a surgir durante os séculos XIII e XIV em vários centros comerciais no norte da Itália. O primeiro registro de um sistema de escrituração utilizando o método de partidas dobradas foi encontrado nos arquivos municipais da cidade de Gênova–Itália, datado de 1340. Também, consta que em Florença, entre 1299 e 1330 constam registros nas contas de Giovanni Farolfi & Companhia, empresa de mercadores locais e na companhia Rinieri Fini & Irmãos que atuava em feiras e era muito próspera na sua época na região de Champagne, na França.

Segundo Franco,^{IX} “a contabilidade desde o seu surgimento, principalmente com a utilização das partidas dobradas, já utilizava um conjunto ordenado de conhecimento, com objeto e finalidades definidos”. A contabilidade era considerada uma arte, como técnica ou como uma ciência e a orientação de seus doutrinadores consideravam-na no elenco das espécies do saber humano.

Para Iudícibus, Martins e Carvalho,^X “a Contabilidade, como sistema de escrituração e como hoje a conhecemos, surgiu através da interação e integração de grande número de eventos, fatores históricos, com a participação de várias civilizações e vários povos”. Muito embora o sistema formal da contabilidade ter-se dado na Itália da Renascença, o início de seu desenvolvimento deu-se a partir de inúmeros povos como os Fenícios, Persas, Egípcios, Gregos, os antigos habitantes do hodierno Iraque, romanos entre outros, sendo todos importantes para explicar os antecedentes da contabilidade, antes da Renascença Italiana.

Melis^{XI} estabelece que a Contabilidade tem como principal característica e manifestação de controle com base na conta e é tão antiga quanto a civilização desenvolvida pelos homens. Portanto, “a história da Contabilidade é, em certo ponto, uma consequência da história da civilização, de suas vicissitudes às mais altas manifestações, sobretudo no campo econômico”^{XII}

Vlaemminck^{XIII} analisou a evolução histórica da Contabilidade e estabeleceu a correlação de sua evolução com o desenvolvimento da atividade econômica e ela aumenta o seu nível de importância de acordo com a evolução econômica das civilizações, nas diversas regiões e distintas épocas de sua história. Ressaltou, ainda, o paralelismo entre a evolução econômica geral e a evolução de um dos métodos contábeis a serviço da economia das empresas a técnica das contas.

Sá^{XIV} “afirma que a Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela, portanto ela, na maioria das vezes, tem os seus progressos coincidindo com aqueles que caracterizam os da evolução do homem”.

Para Schmidt^{XV} “a contabilidade surgiu até mesmo antes do homem desenvolver a civilidade. Assim como o homem progrediu, a Contabilidade teve o seu progresso ao longo do tempo da mesma forma que a humanidade perseguiu essa evolução”. Para o autor é possível que, como outros ramos do conhecimento ligados à sociedade, a História do Pensamento Contábil seja produto do meio social de seus usuários, em termos de espaço e de tempo.

A primeira obra de contabilidade impressa foi apresentada em 1494, pelo frei franciscano chamado Luca Pacioli, publicada em Veneza, com o título *Summa de aritmética geometria proportioni et porgionalitá*, na qual se distingue, para a história da

ASPECTOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE NO MUNDO E NO BRASIL: A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

JOÃO AMÉRICO TOMAZ DE AQUINO
BERNADETE LEMA MAZZAFERA

contabilidade, o *tractatus de computis et scripturis*, sendo o marco básico na evolução da contabilidade^{XVI}.

Pacioli passou boa parte de sua vida como professor e estudante nas universidades de Perúgia, Florença, Pisa e Bolonha e encerrou sua ilustre carreira lecionando matemática na Universidade de Roma.

A Contabilidade No Brasil

Segundo Doupnik^{XVII}, o ensino de contabilidade no Brasil pode ser separado em duas fases: antes de 1964 que estava sujeita a intervenção da legislação no desenvolvimento de procedimentos contábeis e a influência das Escolas Italianas, que utilizavam os conceitos teóricos de pensamento contábil Italiano e depois de 1964 com a adoção do método didático norte-americano, mais objetivo e focado no resultado da atividade empresarial para a tomada de decisão.

Na primeira fase destacam-se dois dos principais estudiosos contábeis brasileiros: Francisco D'Auria e Frederico Herrmann Junior, ambos influenciados pela Escola Patrimonialista, onde o objeto da contabilidade era o patrimônio e suas mutações. Segundo Sá^{XVIII} “no Brasil o pensamento determinante é o patrimonialismo”. Em 1926, através da obra de Vincenzo Masi (*Ragioneria Generale*), foi criada a Escola Patrimonialista, que tinha por objetivo destacar o patrimônio da entidade como aspecto mais importante ao seu desenvolvimento. Masi (1958) foi o primeiro pesquisador da doutrina do patrimônio, que serviu de base para fundamentação e tendo como objetivo maior da contabilidade, o controle patrimonial.

“Embora não exista escola de pensamento contábil genuinamente brasileira, é possível destacar várias colaborações de pensadores contábeis nacionais para o desenvolvimento da prática e da teoria contábil no Brasil”^{XIX}. “É provável que a primeira manifestação oficial das orientações contábeis brasileiras ocorreu no reinado de D. João VI, quando da instalação de seu governo provisório, em 1808”^{XX}. Nesse período foi publicado um alvará obrigando os Contadores Gerais da Real Fazenda a utilizarem o método das partidas dobradas na escrituração mercantil.

Os estudos da atividade do comércio foram apresentados na obra de Visconde de Cairu (José da Silva Lisboa), publicado em 1804, intitulada *Princípios de Economia Política*. Em 1809 Cairu apresentou o primeiro sistema de direito comercial e realizou os primeiros estudos de economia política no Brasil. É visível, desde o início, a interferência da legislação brasileira no desenvolvimento da contabilidade nacional. Para Iudícibus^{XXI} um dos motivos de tanta interferência dos órgãos governamentais, era “devido a inoperância, até um passado recente, de nossas entidades de regulação, o governo teve que tomar a iniciativa”.

Uma das primeiras manifestações da legislação e que serviu de mola propulsora do desenvolvimento contábil brasileiro foi, sem dúvida nenhuma, a criação do Código Comercial de 1850. Esse Código instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e a elaboração anual da demonstração do Balanço Geral, representada pela composição do bens, direitos e obrigações das empresas comerciais. O referido Código não normatizou os procedimentos contábeis, apenas estabeleceu que as empresas deveriam seguir uma ordem uniforme e cronológica da escrituração contábil e ter os livros em ordem para atender os devidos fins.

ASPECTOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE NO MUNDO E NO BRASIL: A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

**JOÃO AMÉRICO TOMAZ DE AQUINO
BERNADETE LEMA MAZZAFERA**

Peleias et al.^{XXII} acrescentam que na década de 1850 do século XIX ocorreram outros eventos importantes para o ensino comercial e contábil brasileiro. A aula de Comércio da capital imperial foi reformada através do Decreto n.º. 769, de 9 de agosto de 1854.^{XXIII} Essa reforma consolidou-se com o Decreto n.º. 1763, 1856,^{XXIV} de 14 de maio que estabeleceu novas regras à aula de Comércio da Corte, formando um curso de estudos denominado Instituto Comercial do Rio de Janeiro.

Grandes mudanças ocorreram na estrutura curricular, mantendo-se a duração do curso em dois anos. O conteúdo foi distribuído em quatro cadeiras, sendo a primeira de Contabilidade e Escrituração Mercantil. A comparação desses Estatutos com o Regulamento contido no Decreto n.º. 456/1846^{XXV} revela a profundidade das mudanças promovidas na Aula de Comércio. Outro fato importante na época, destacado por Bielinski,^{XXVI} Saes e Cytrynowicz^{XXVII} era que “apesar de já existirem há cerca de meio século, as aulas de Comércio, não atraíam grande número de alunos”. Outros cursos como Direito, Engenharia e Medicina, atraíam muito mais pessoas interessadas e que se encontravam nas classes socialmente mais favorecidas da época.

Em meados do século XIX, principalmente pela substituição do trabalho escravo, a atividade econômica do país começou a migrar para a Região Sudeste. A produção do café expandiu-se decisivamente, tornando-o o principal produto da pauta de exportações em torno da década de 1840. Importante nesse processo, segundo Furtado,^{XXVIII} “é observar que a etapa da gestação da economia cafeeira é também a de formação de uma nova classe empresária que desempenhará papel fundamental no desenvolvimento subsequente do país”.

Uma das primeiras manifestações na formação do profissional brasileiro, aconteceu com a criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, em 1856. A partir de 1863, esse instituto passou a oferecer a disciplina de Escrituração Mercantil como forma de qualificar seus alunos para a prática do registro contábil.^{XXIX} Nesse contexto da contabilidade escritural brasileira Veridiano de Carvalho publicou em 1880 o Manual Mercantil que foi de grande importância na colaboração, divulgação e consolidação do método de partidas dobradas no Brasil.

Em 1890 a Escola politécnica do Rio de Janeiro passou a ofertar a disciplina de Direito Administrativo e Contabilidade com o objetivo de colocar a Contabilidade como uma disciplina intimamente ligada ao Direito. No início do século XIX o Grêmio dos Guarda-Livros de São Paulo, nome dado aos primeiros contadores brasileiros, teve a iniciativa de criar um curso regular que oficializasse a profissão contábil no Brasil.

Para Penteado^{XXX} o “objetivo da Escola de Comércio era aliar o desenvolvimento agrícola ao início da atividade industrial, para habilitar e formar especialistas para executar as rotinas e tarefas da contabilidade e controle das finanças”, a fim de dotar São Paulo de profissionais capazes de sustentar o desenvolvimento dos negócios e ampliar as fronteiras de atuação.

Desse movimento surge, em 1902, a Escola Prática de Comércio. Sua fundação contou com a cooperação de diversas personalidades e instituições, tendo dentre eles os seguintes colaboradores: “Conde Álvares Penteado, João Pedro da Veiga Filho, Rodolfo Miranda, Antônio de Lacerda Franco, Conde de Prates, Hermann Burchard, Cristiano Peregrino Viana e Conde Asdrúbal do Nascimento”.^{XXXI}

O Decreto Federal n.º. 1.339,^{XXXII} de 9 de janeiro de 1905, reconheceu oficialmente os cursos de Guarda-Livros e de Perito-Contador mantidos pela Escola Prática de Comércio e os diplomas expedidos pela instituição. Em 1º de dezembro de

ASPECTOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE NO MUNDO E NO BRASIL: A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

**JOÃO AMÉRICO TOMAZ DE AQUINO
BERNADETE LEMA MAZZAFERA**

1905 seu nome foi alterado para Escola de Comércio de São Paulo e, em 5 de janeiro 1907, a instituição passou a chamar Escola de Comércio Álvares Penteado, em homenagem a um de seus fundadores e colaboradores; essa escola seria equivalente ao ensino médio nos dias atuais.

A Escola Álvares Penteado contribuiu com a formação de muitos professores de contabilidade de destaque no meio acadêmico nacional, dentre eles: Francisco D'Auria e Frederico Hermann Junior. No mesmo ano de 1907 também foi fundada em São Paulo a Escola de Comércio Mackenzie College, tendo à frente o advogado norte-americano John Mackenzie. “Embora desfrute de grande prestígio no meio educacional paulista, essa escola não teve a mesma importância da Álvares Penteado, para o desenvolvimento da contabilidade”^{XXXIII}.

No ano de 1919 foi criado o Instituto Paulista de Contabilidade por iniciativa de alguns formandos da Escola Álvares Penteado e que, posteriormente, se transformou no Sindicato dos Contadores de São Paulo. Nesse mesmo período, o Imposto de Renda foi instituído por meio da Lei 4.625,^{XXXIV} de 31 de dezembro de 1922 que orçou a Receita Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício seguinte. A base de cálculo do imposto de renda era chamada de lucro real, que tinha o mesmo valor do lucro contábil, apurado pelas empresas. Nos dias atuais existem diferenças entre o lucro contábil que é apurado na escrituração contábil e o lucro real, que é apurado através do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).

Iudícibus,^{XXXV} observa que:

Provavelmente a primeira escola especializada no ensino da Contabilidade foi a Escola de Comércio Álvares Penteado, criada em 1902. Alguns autores preferem fazer recair a honra do pioneirismo na Escola Politécnica de São Paulo, a qual, alguns anos antes, em seu Curso Preliminar, já incluía a disciplina Escrituração Mercantil. Conquanto legalmente e cronologicamente tais autores possam ter razão, o fato de haver a disciplina de Escrituração Mercantil não caracteriza, a meu ver, um Curso de Contabilidade.

Foi publicado no Diário oficial da União, em 9 de julho de 1931, o Decreto nº. 20.158^{XXXVI} de 30 de junho de 1931, que estruturou o ensino comercial e regulamentou a profissão de Contador. Mas só em 1945 a profissão contábil foi considerada uma carreira universitária.

A partir 1901 até 1940 os estudiosos da contabilidade discutiam amplamente a padronização de balanços e para uma parte da corrente dos pensadores brasileiros, a padronização representava o coroamento da contabilidade, ao passo que para outras a padronização representava apenas um aspecto, sendo necessária a adoção de procedimentos padrão para a elaboração dos balanços.

Com a publicação do Decreto Lei nº. 2.627,^{XXXVII} em 1940, que instituiu a primeira Lei das Sociedades por Ações brasileira, foram estabelecidos os procedimentos para a contabilidade nacional, tais como: regras para avaliação de ativos e para apuração e distribuição de lucros. Determinou, também, a criação de reservas e os padrões para publicação do balanço e da demonstração de lucros e perdas. Nesse mesmo ano foi publicado o Decreto Lei nº. 2.416,^{XXXVIII} que instituiu normas para a elaboração da contabilidade dos estados e municípios, determinando um modelo padrão de balanços para as entidades públicas.

ASPECTOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE NO MUNDO E NO BRASIL: A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

**JOÃO AMÉRICO TOMAZ DE AQUINO
BERNADETE LEMA MAZZAFERA**

Com as publicações dos DL 2.416 e 2.627, os contabilistas passaram a ter um instrumento basilar para as suas atividades. Ao longo de vários anos, estas legislações influenciaram o ensino e a prática contábil no Brasil. “A classe contábil, também começou a obedecer às determinações da legislação fiscal, que instituiu procedimentos contábeis com o objetivo de apuração de parâmetros para imposto de renda”^{XXXIX}. O Decreto Lei nº. 4.178^{XL}, de 1942, definiu entre outros assuntos o conceito de lucro real e os documentos e as demonstrações contábeis que deveriam fundamentar a declaração do imposto de renda, sendo essa mais uma grande contribuição dos legisladores para o desenvolvimento da contabilidade.

O ano de 1946 foi marcado por grandes acontecimentos para a contabilidade brasileira. Em 26 de janeiro foi fundada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativa da Universidade de São Paulo (USP), a qual também instituiu o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Este centro de estudos contábeis contou inicialmente com alguns egressos da Escola Álvares Penteado, como foi o caso de Francisco D’Auria. “Foi a partir daí que o Brasil obteve o primeiro núcleo de pesquisa contábil nos moldes norte-americanos, com professores com dedicação em tempo integral ao ensino e pesquisa, produzindo artigos científicos e escrevendo teses acadêmicas de relevância”^{XLI}. Nesse mesmo ano houve a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade, através do Decreto Lei nº. 9295^{XLII} de 27 de maio de 1946.

A partir de 1946 a participação da legislação, especialmente do imposto de renda, tornou-se cada vez mais influente no campo da contabilidade e dos procedimentos contábeis brasileiro e ao longo dos anos seguintes pode-se verificar o Decreto Lei nº. 24.239,^{XLIII} de 1947, que tratou de alguns procedimentos contábeis além da redefinição do conceito de lucro real, fazendo a introdução da reavaliação de ativos e da regra do “custo ou mercado, dos dois o menor”, deixando aqui uma clara interferência na valorização de um dos itens mais importante do ativo, o estoque.

Em termos mundiais, a contabilidade brasileira é reconhecida por sua contribuição no campo do tratamento da contabilização dos valores econômicos em períodos de inflação elevada, a chamada escola da correção monetária. A indexação de itens das demonstrações contábeis foi introduzida na prática contábil brasileira a partir do Decreto Lei nº. 24.239 de 1947, artigo 43, alínea e, que permitiu a reavaliação de ativos fixos, com a contrapartida em uma conta de reserva especial no patrimônio líquido. Essa reavaliação poderia ser feita mediante a utilização de um conjunto de coeficiente fornecido pelo governo.

A correção monetária dos ativos fixos foi introduzida em 1958 por meio da Lei nº. 3.470,^{XLIV} que facultou às empresas a utilização de índices de correção monetária fixados a cada dois anos pelo Conselho Econômico Nacional. Portanto, era possível corrigir os ativos fixos somente ao final de cada dois anos por ocasião do levantamento do balanço patrimonial.

A contabilidade, nessa primeira fase, mesmo que de forma modesta, presenciou as contribuições de alguns autores de grande valor e que foram verdadeiros tratadistas contábeis nacionais, que colaboraram para o desenvolvimento e a consolidação da contabilidade como ramo de conhecimento das Ciências Sociais.

Segundo Schimdt^{XLV}, entre os tratadistas, destaca-se o autor Carlos Carvalho, que em seu livro Estudo da Contabilidade, de 1915, definiu a contabilidade como sendo a ciência que tem por objetivo o estudo dos livros, documentos, cálculos e contas por

ASPECTOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE NO MUNDO E NO BRASIL: A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

**JOÃO AMÉRICO TOMAZ DE AQUINO
BERNADETE LEMA MAZZAFERA**

meio dos quais se registram e classificam os atos e fatos administrativos, cujos efeitos sobre o patrimônio evidencia a representação gráfica dos valores.

Além de Carlos Carvalho destacaram-se nessa primeira fase de desenvolvimento contábil, entre outros, Francisco D’Auria e Frederico Hermann Júnior. Para Francisco D’Auria a contabilidade é a “ciência formal e lógica que estuda e elabora a estática e a dinâmica patrimonial”, isto é a estrutura da riqueza individualizada, as suas variações e respectivas causas no tempo e no espaço e a indicação qualitativa e quantitativa expressa em valor monetário.^{XLVI}

Essa primeira fase de desenvolvimento da contabilidade nacional foi marcada por dois aspectos relevantes: a intervenção da legislação no desenvolvimento de procedimentos contábeis e a influência doutrinária das escolas italianas.

A segunda fase foi liderada pelo professor José da Costa Boucinhas, que a partir de 1964, adotou o método americano no ensino de contabilidade na Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da USP, na disciplina Contabilidade Geral. Tal método didático do modelo norte-americano foi baseado no livro de Finney & Miller, *Introductory accounting*, de 1947 com importantes adaptações à realidade brasileira, consubstanciadas pela abordagem do problema da contabilidade em face da inflação.^{XLVII}

A partir da adoção do método didático norte-americano pela USP em 1964 e da apresentação do trabalho de Iudícibus, o direcionamento doutrinário contábil, especialmente do maior centro de pesquisa contábil nacional o Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP “muda definitivamente, as escolas de pensamento contábil italianas e assumindo os ditames da escola norte-americana”.^{XLVIII}

Além de Boucinhas outros eminentes doutos professores contribuíram com o desenvolvimento da contabilidade no Brasil, tais como, Sérgio de Iudícibus, Stephen Charles Kanitz, Elizeu Martins.

O ano de 1966 ficou marcado por uma das maiores contribuições nacionais, a chamada escola de correção monetária. Nesse ano o professor Sérgio Iudícibus, defendeu a tese de doutoramento no Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP, intitulada Contribuição à Teoria dos Ajustamentos Contábeis e que foi uma das primeiras grandes contribuições da contabilidade nacional à comunidade contábil mundial.

Outra grande contribuição de Iudícibus foi o trabalho intitulado de Aspectos da Avaliação de Estoques a Preços Correntes e que foi apresentado ao Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP, na modalidade de tese de livre-docência. Seu tema central refere-se ao aspecto contábil da avaliação ou ajustamento de inventário e do custo dos produtos vendidos em termos correntes.

No ano de 1969 foi baixado o Decreto-Lei nº. 433,^{XLIX} que limitou a aplicação da correção monetária do capital de giro próprio. Essas novas disposições limitavam o montante da correção a um teto de 20% do imposto, que seria devido sem a correção e não era permitida a dedução em caso prejuízo e excluídos da composição do capital de giro próprio os direitos com vencimentos superiores a 120 dias.

A contabilidade brasileira teve um novo estímulo legal em 1972, quando o Banco Central do Brasil baixou a Resolução nº. 220 e as circulares nº. 178, que obrigaram o registro dos auditores independentes no Banco Central do Brasil, determinando que o registro seria exclusivamente de contadores. A circular 179, tratou dos Princípios e Normas da Contabilidade, tendo oficializado a expressão de “princípios

ASPECTOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE NO MUNDO E NO BRASIL: A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

JOÃO AMÉRICO TOMAZ DE AQUINO
BERNADETE LEMA MAZZAFERA

de Contabilidade Geralmente aceitos” que são normas resultantes do desenvolvimento da aplicação prática dos princípios técnicos emanados da Contabilidade, de uso predominante no meio em que se aplicam, proporcionando interpretações uniformes das demonstrações contábeis.

Em 1972 também foi marcado por duas grandes contribuições acadêmicas para o desenvolvimento da contabilidade brasileira. Nesse ano os professores Kanitz e Eliseu Martins defenderam suas teses de doutoramento junto ao departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP. O professor Kanitz escreveu o trabalho intitulado *Contribuição à Teoria do Rateio dos Custos Fixos*, no qual desenvolveu um estudo voltado para a análise de problemas inerentes à descentralização administrativa quanto à sua avaliação. Seguindo a chamada escola da correção monetária o professor Martins apresentou sua tese de doutoramento denominada “*Contribuição à Evolução do Ativo Intangível*” (1972). Em sua obra procurou demonstrar como a contabilidade pode aproximar-se à Administração e a Economia, de modo a auxiliar nas decisões, que visam ao presente e ao futuro e esse auxílio viria por meio da elucidação dos problemas, que impedem a melhoria da utilidade das demonstrações contábeis, especialmente no que se refere à diferença entre os valores contábeis das demonstrações e sua valoração do ponto de vista econômico.

Outra nova contribuição para a escola brasileira de contabilidade ocorreu em 1979 na obra intitulada de *Aspectos do Lucro e da Alavancagem Financeira no Brasil*, desenvolvida por Eliseu Martins como a sua tese de livre-docência apresentada à FEA-USP. Nesse trabalho, Martins procurou evidenciar que a teoria e a técnica relativas à alavancagem financeira precisam ser revistas e redefinidas para uma situação inflacionária. Para isso também se torna obrigatória a análise dos efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis e, principalmente, sobre o conceito e a medida de lucro.^L

Segundo Iudícibus^{LI} desde 1964 “gerações de contadores, de administradores e de economistas são influenciados pelo novo enfoque, constituindo um centro de irradiação das novas doutrinas”. A partir da década de 1970 vários trabalhos de pesquisas elaborados por professores da FEA-USP, que focalizaram a contabilidade e o problema das flutuações de preços em profundidade.

A escola da correção monetária a partir dessa década pôde trazer uma grande contribuição e das mais notáveis à constituição de uma verdadeira e genuína escola de contabilidade em pleno desenvolvimento e mais recentemente a FEA-USP contribuiu na área contábil com o surgimento do sistema Gecon, da Contabilometria, da Teoria Positivista da Contabilidade e com outros avanços que se espalharam por todo o Brasil, principalmente nas universidades e faculdades de Ciências Contábeis e entre os profissionais mais atualizados.

Quadro 1 - Matrículas

Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou	Número de Instituições que oferecem o Curso			Número de Cursos			Matrículas			Concluintes		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada

ASPECTOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE NO MUNDO E NO BRASIL: A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

JOÃO AMÉRICO TOMAZ DE AQUINO
BERNADETE LEMA MAZZAFERA

Cursos												
Ciências Contábeis	995	95	900	1.306	176	1.130	355.425	46.768	308.657	55.302	6.343	48.959

Fonte: CENSO 2016 (INEP, 2017a, p. 1)^{LI}

Conclusão:

O surgimento da Contabilidade no mundo vincula-se a história da humanidade, os historiadores acreditam que a contabilidade é tão remota quanto o homem que pensa e faz conta. A necessidade de acompanhar a evolução dos patrimônios foi o grande motivo para seu desenvolvimento.

Desde os primórdios o homem demonstrava sua real necessidade de controle de bens e produções (criações e agricultura). Com a evolução da sociedade humana ao longo dos tempos a contabilidade evoluiu até os dias atuais para atender as necessidades das pessoas e empresas em geral.

No Brasil no processo de ensino ocorreu, uma evolução constante, desde a criação do primeiro curso superior de contabilidade e atuária da FEA-USP, em 1946, para os dias atuais, como pode-se verificar conforme dados colhidos junto ao CENSO 2016, INEP 2017a.. O Censo da Educação Superior de 2016 identificou que o país contava com 995 instituições de ensino superior do curso de Ciências Contábeis que ofereciam 1.306 cursos na área contábil e entre os mais de 8 milhões de estudantes matriculados no ensino superior, sendo que destes 355.425 estavam matriculados em cursos de Ciências Contábeis. O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensinar condições para que o futuro contabilista seja capacitado para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organizações. Deve exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais.

Notas

^I Mestre em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias – UNOPAR. Docente assistente na Universidade Estadual de Londrina - UEL

^{II} Doutora em Linguística – USP-SP. Docente titular nos programas de Mestrado e Doutorado em - Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias - UNOPAR

^{III} PELEIAS, I. R.; BACCI, J.. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: **Revista Administração on line**–FECAP, v. 5, n. 3, p. 39-54

ASPECTOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE NO MUNDO E NO BRASIL: A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

JOÃO AMÉRICO TOMAZ DE AQUINO
BERNADETE LEMA MAZZAFERA

-
- IV SCHMIDT, P. **História do Pensamento Contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000
- V IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 2015, p, 30
- VI HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. 2009, p, 41
- VII IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. **Revista Contabilidade Financeira - USP - São Paulo**, nº. 38, 2005.
- VIII HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. 2009, p, 41
- IX FRANCO, Hilario. **Contabilidade Geral**. 1996, p, 19.
- X IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, 2005, p, 9.
- XI MELIS, F. Storia della ragioneria – contributo alla conoscenza e interpretazione delle fonti piú significative della storia econômica. Itália: Bologna, 1950.
- XII PELEIAS et. al. . **Revista Contabilidade Financeira - USP - São Paulo** edição 30 Anos de Doutorado, p. 19 – 32, jun 2007.
- XIII VLAEMINCK, J.-H. História geral y de las doctrinas de la contabilidad. España: Madrid. Editorial E.J.E.S., 1961.
- XIV SÁ, A. L. de. **Teoria da Contabilidade**. 2006, p, 16.
- XV SCHMIDT, P. **História do Pensamento Contábil**. 2000, p 12.
- XVI IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 2015.
- XVII DOUPNIK, T. S. **The History of Accounting** – an international encyclopedia. Nova York, 1966.
- XVIII SÁ, A. L. de. **Teoria da Contabilidade**. 2006, p, 34.
- XIX SCHMIDT, P. **História do Pensamento Contábil**. 2000, p 205.
- XX GOMES, José. Evolução da contabilidade, **Revista Paulista de Contabilidade**. 1956, p, 19.
- XXI IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 2015, p, 22.
- XXII PELEIAS et. al. . **Revista Contabilidade Financeira - USP - São Paulo** edição 30 Anos de Doutorado, p. 19 – 32, jun 2007.
- XXIII BRASIL Decreto nº. 769, de 9.08.1854. Autorizou o governo para reformar a aula do comércio desta Corte, e a elevar até a quantia de vinte mil réis a contribuição dos alunos. Coleção de Leis do Império do Brasil.
- XXIV BRASIL Decreto nº. 1.763, de 14.05.1856. Dá novos estatutos à aula do comércio da Corte. Coleção de Leis do Império do Brasil.
- XXV BRASIL. Decreto nº. 456, de 6.07.1846. Manda executar o regulamento da aula do comércio da Cidade do Rio de Janeiro. Coleção de Leis do Império do Brasil.
- XXVI BIELINSKI, A. C. **Educação profissional no século XIX**. Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso
- XXVII SAES, F. A. M.; CYTRYNOWICZ, R. O ensino comercial na origem dos cursos superiores de economia, contabilidade e administração. São Paulo, **Revista Álvares Penteado**, v. 3, n. 6, p. 37-59, jun/2001.
- XXVIII FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Atlas 1995.
- XXIX SCHMIDT, P. **História do Pensamento Contábil**. 2000.
- XXX PENTEADO, Álvares. Fundação Escola de Comércio – 90 anos servindo ao ensino mercantil econômico. 1902-1992. P, 20.
- XXXI SCHMIDT, P. **História do Pensamento Contábil**. 2000, p 206.
- XXXII BRASIL Decreto Federal nº. 1.339, de 9 de janeiro de 1905.
- XXXIII SCHMIDT, P. **História do Pensamento Contábil**. 2000, p 207
- XXXIV Lei 4625 de 31 de dezembro de 1922, instituiu o Imposto de Renda no Brasil.
- XXXV IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 2015. P, 23
- XXXVI BRASIL Decreto nº. 20.158, de 30.06.1931, organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão do contador
- XXXVII BRASIL Decreto Lei nº. 2.627, de 26 de setembro de 1940, que instituiu a primeira Lei das Sociedades por Ações brasileira
- XXXVIII BRASIL Decreto Lei nº. 2.416, de 17 julho de 1940 que instituiu normas para a elaboração da contabilidade dos estados e municípios.
- XXXIX SCHMIDT, P. **História do Pensamento Contábil**. 2000, p 210.
- XL BRASIL Decreto Lei nº. 4.178 de 13 março de 1942, definiu o conceito de lucro real.
- XLI IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 2015. P, 23.

ASPECTOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE NO MUNDO E NO BRASIL: A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

JOÃO AMÉRICO TOMAZ DE AQUINO
BERNADETE LEMA MAZZAFERA

- ^{XLII} BRASIL Decreto Lei nº. 9295 de 27 de maio de 1946, criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade.
- ^{XLIII} BRASIL Decreto Lei nº. 24.239, de dezembro de 1947 – artigo 43 – alínea e permitiu a reavaliação de ativos fixos.
- ^{XLIV} BRASIL Decreto Lei nº. 3.470 de 28 novembro de 1958, facultou às empresas a utilização de índices de correção monetária para correção dos ativos fixos.
- ^{XLV} SCHMIDT, P. **História do Pensamento Contábil**. 2000, p 210.
- ^{XLVI} SCHMIDT, P. **História do Pensamento Contábil**. 2000, p 210.
- ^{XLVII} IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 2015. P, 23
- ^{XLVIII} SCHMIDT, P. **História do Pensamento Contábil**. 2000, p 210.
- ^{XLIX} BRASIL Decreto Lei nº. 433 de 23 de janeiro de 1969 limitou a aplicação da correção monetária do capital de giro próprio
- ^L MARTINS Aspectos do Lucro e da Alavancagem Financeira no Brasil. São Paulo, 1979.
- ^{LII} IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 2015. P, 25.
- ^{LII} INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (INEP). **Sinopse estatística da Educação Superior** 2016. Brasília: inep, 2017

REFERÊNCIAS:

Livros

- FRANCO, Hilario. **Contabilidade Geral**. 23. Ed. São Paulo: Atlas 1996.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Atlas 1995.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade uma nova abordagem**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2007.
- MARION, José Carlos. IUDÍCIBUS, Sérgio de. FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade: para o nível de graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009
- SÁ, A. L. de. **Teoria da Contabilidade** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- SCHMIDT, P. **História do Pensamento Contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- VLAEMMINCK, J.-H. **História geral y de las doctrinas de la contabilidad**. Espanha: Madrid. Editorial E.J.E.S., 1961.

Artigos/ Sites

- BIELINSKI, A. C. **Educação profissional no século XIX**. Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso. Disponível em <[http:// www.senac.br/informativo/BTS/263/boltec263e.htm](http://www.senac.br/informativo/BTS/263/boltec263e.htm)>. Acesso em: 29 mai. 2017.
- DOUPNIK, T. S. The History of Accounting – an international encyclopedia. Nova York. Garland, 1966. Disponível em: <<http://www.taylorfrancis.com/books/9781134675456>>. Acesso em: 22 mai. 2018.
- GOMES, José. Evolução da contabilidade, **Revista Paulista de Contabilidade**. São Paulo. 367, 19-28. Jan/fev. 1956. Disponível em: <
Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 10, n. 01, p. 81-95, jan./jul. 2019|
<http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>

ASPECTOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE NO MUNDO E NO BRASIL: A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

JOÃO AMÉRICO TOMAZ DE AQUINO
BERNADETE LEMA MAZZAFERA

www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/c204632.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (INEP). **Sinopse estatística da Educação Superior** 2016. Brasília: inep, 2017. Disponível em: <<http://portaliniep.gov.br/básica-censoescolarsinopse-sinopse>> Acesso em: 20, mar. 2018.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. **Revista Contabilidade Financeira - USP - São Paulo**, n.º. 38, 2005. Disponível em: < www.revistas.usp.br > Capa > v. 16, n. 38 (2005) > Iudícibus>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MARTINS, Eliseu. Contribuição à evolução do ativo intangível. São Paulo, 1972. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/congressocont/index.php/congresso/congressocont/paper/.../48>>. Acesso em 30 jul. 2018

PELEIAS, I. R.; BACCI, J.. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. **Revista Administração on line-FECAP**, v. 5, n. 3, p. 39-54, 2004. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/ver/9198/a-profissionalizacao-do-contador-no-brasil>. Acesso em 25 abr.2018.

_____, I. R.; SILVA, G. P.; SEGRETI, J. B.; CHIROTTO, A. R. **Revista Contabilidade Financeira - USP - São Paulo** edição 30 Anos de Doutorado, p. 19 – 32, jun. 2007. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a03v18sp.pdf>. Acesso em 25 abr.2018.

Legislação

BRASIL. Decreto n.º. 456, de 6.07.1846. Manda executar o regulamento da aula do comércio da Cidade do Rio de Janeiro. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-456-6-julho-1846-560426-publicacaooriginal-83232-pe.html>> Acesso em: 12 out. 2017.

_____. Decreto n.º. 769, de 9.08.1854. Autorizou o governo para reformar a aula do comércio desta Corte, e a elevar até a quantia de vinte mil réis a contribuição dos alunos. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-769-9-agosto-1854-558392-publicacaooriginal-79624-pl.html>> Acesso em: 12 out. 2017.

ASPECTOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE NO MUNDO E NO BRASIL: A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

**JOÃO AMÉRICO TOMAZ DE AQUINO
BERNADETE LEMA MAZZAFERA**

_____ Decreto nº. 1.763, de 14.05.1856. Dá novos estatutos à aula do comércio da Corte. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-769-9-agosto-1854-558392-publicacaooriginal-79624-pl.html>> Acesso em: 15 out. 2017.

_____ Decreto nº. 20.158, de 30.06.1931, organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão do contador. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html-...>> Acesso em: 20 out. 2017

_____ Decreto Lei nº. 2.416, de 17 julho de 1940 que instituiu normas para a elaboração da contabilidade dos estados e municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del2416.htm> Acesso em: 20 out. 2017.

_____ Decreto Lei nº. 2.627, de 26 de setembro de 1940, que instituiu a primeira Lei das Sociedades por Ações brasileira. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2627.htm> Acesso em: 20 out. 2017.

_____ Decreto Lei nº 4.178, 13 março 1942, definiu o conceito de lucro real. Disponível em: <<http2.camara-leg.br/declei4178-marco.1942-414208.pub>> Acesso em 20 out. 2017.

_____ Decreto Lei nº. 9295 de 27 de maio de 1946, criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/uparq/decretolei_9295_1946.pdf> Acesso em: 12 nov. 2017.

_____ Decreto Lei nº. 24.239, de dezembro de 1947 – artigo 43 – alínea e permitiu a reavaliação de ativos fixos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-24239-22-dezembro-1947-454640-norma-pe.html>> Acesso em: 12 nov. 2017.

_____ Decreto Lei nº. 3.470 de 28 novembro de 1958, facultou às empresas a utilização de índices de correção monetária para correção dos ativos fixos. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/.../lei/.../lei-3470-28-novembro-1958-354878-norma-pl.ht...> Acesso em: 12 nov. 2017.

_____ Decreto Lei nº. 433 de 23 de janeiro de 1969 limitou a aplicação da correção monetária do capital de giro próprio. Disponível em: <www2.camara.leg.br/.../declei/...1969/decreto-lei-433-23-janeiro-1969-374091-publi...> Acesso em: 12 nov. 2017.

_____ Decreto Federal nº. 1.339,^{LII} de 9 de janeiro de 1905

_____ Decreto Federal nº 78.469 de 27 de setembro de 1976, reconhecimento do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-78469-27-setembro-1976-427569-norma-pe.html>> Acesso em: Acesso em: 12 nov. 2017.

**ASPECTOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE NO
MUNDO E NO BRASIL: A RELAÇÃO DA CONTABILIDADE COM A
LEGISLAÇÃO VIGENTE**

**JOÃO AMÉRICO TOMAZ DE AQUINO
BERNADETE LEMA MAZZAFERA**
